

Discurso proferido pelo Deputado
Geraldo Resende (PMDB/MS)
em Sessão no dia 03/06/2008.

REGULAMENTAR É PRECISO

Senhor presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Quase nove anos se passaram desde que a Emenda Constitucional 29 foi aprovada por este Congresso, enchendo de esperança as pessoas que precisam contar com a saúde pública no Brasil. Por quase nove anos, essa conquista ficou pela metade. A emenda que seria a salvação da saúde esperou por uma regulamentação que não aconteceu. A lei que foi feita para salvar, por falta de regulamentação apesar de estar em vigor, não impediu que muitas vidas se perdessem nesse tempo.

Foi uma longa seqüência de adiamentos, de entraves políticos de interesses outros, que terminaram por

deixar o interesse maior – o bem estar e a saúde da população – em segundo plano. O resultado está estampado em milhares de manchetes e histórias tristes publicadas ao longo dos últimos oito anos.

Não foram poucos os brasileiros que, dependendo dos cuidados da rede pública, não tiveram forças para esperar pela lentidão do Congresso, pelas disputas partidárias, pelo jogo de interesses que atrasou até a data de hoje a regulamentação da Emenda Constitucional número 29.

O assunto é simples e não carece de floreios. A Emenda 29 diz que a saúde pública deve ser custeada por percentuais específicos dos orçamentos públicos municipais, estaduais e federais. Mas todo esse tempo passou e não se definiu o que pode ou não constar nos relatórios de gastos ou de investimentos como ações de saúde. Na prática, a saúde pública vem sendo mantida, há tempos, com os 15% obrigatórios, investidos pelos municípios brasileiros.

Os estados e a União investem valores que apesar da lei, variam em percentuais e em qualidade. Digo isto com a propriedade de já Ter ocupado a cadeira de secretário de saúde do meu Estado, o Mato Grosso do Sul. Os números obtidos a partir de estudos feitos pela Frente

Parlamentar da Saúde mostram claramente que, dos 27 Estados brasileiros, apenas sete cumprem à risca o repasse de 12% dos recursos totais do orçamento para a saúde.

A grande maioria mascara as informações. Maquia os relatórios de prestação de contas, embutindo ações que nem de longe poderiam figurar no item saúde. É dura a realidade. Mas é assim mesmo. Então a nossa luta, minha em especial, como médico, como cidadão e como parlamentar, comprometido com a defesa de uma saúde pública de qualidade, para todos e principalmente, para os que mais precisam, é para aprovar com a máxima urgência a regulamentação da emenda 29.

A proposta que veio do Senado está de bom tamanho. Não há tempo a perder. Não admito passar para a história como alguém que, tendo a oportunidade de cumprir com a sua missão cívica, de poder trazer à luz da realidade um sonho antigo de garantir saúde para todos com qualidade e dignidade, deixou passar, perdeu-se no tempo, viu escapar a única chance de poder dizer em alto e bom som: “Agora sim, a saúde desse país vai ser uma saúde de qualidade”.

Não, senhoras e senhores. Não podemos deixar passar essa oportunidade. É nosso dever. É nossa obrigação. É o que espera o cidadão comum, essa gente

humilde que nos pôs aqui com o seu voto e que espera de nós nada mais do que a coerência e a responsabilidade com aquilo que assumimos durante a eleição: representá-los e defender os seus interesses mais verdadeiros.

É por tudo isso que eu peço:

Votemos de uma vez por todas.

Regulamentação, já.

Pelo bem da Saúde do Brasil.

Muito Obrigado.

Geraldo Resende

Deputado Federal PMDB/MS